

Assim Stena

Petrônio não vê Constituinte como "coisinha milagrosa"

Brasília — O Ministro da Justiça, Petrônio Portella, disse ontem que a Assembleia Constituinte "não é uma coisinha milagrosa capaz de resolver todos os problemas do país, porque ela pressupõe um pacto político e não vejo ambiente para isso no país. Se hoje o Congresso se reunisse para tal fim, talvez resultasse uma carta de destino efêmero. E não vejo perspectiva de união geral em face do maniqueísmo existente" — afirmou.

Quanto à emenda do Deputado Edison Lobão, antecipando o problema das eleições diretas para governador, o Ministro disse que "os motivos que determinam a movimentação de quantos são contrários a nós pela decretação das eleições diretas são os mesmos que nos impedem de aceitar. Os nossos adversários querem. Isso, porém, não é razão hábil para que queiramos já. O que não importa dizer não sejam a favor da medida".

OPORTUNIDADE

O Ministro Petrônio Portella disse ainda em relação ao projeto das eleições diretas que não pedira nenhuma conversa com o Deputado Edison Lobão, autor da emenda

já aprovada na Comissão Mista, e que "em nenhum momento fiz ações nesse sentido. A ex-Arena, o nosso ex-Partido encampou a idéia e, pelo que conheço e meus companheiros, creio que o nosso futuro Partido a encampará também. A oportunidade, porém, é assunto a ser examinado de acordo com as conveniências do país e os interesses do Partido".

Ele anunciou também que está marcada uma reunião da comissão nacional para formação do futuro Partido para o começo de janeiro, na qual serão definidos o programa e estatutos de agremiação. Antes disso, segundo afirmou, não será iniciada a coleta de assinaturas, anunciada para a próxima semana.

PLANOS PESSOAIS

O Ministro Petrônio Portella considerou muito pesadas suas missões políticas desenvolvidas na década de 1970, comentando: "Se não tivessem dado certo, o mínimo que me ocorreria era o arquivado". Disse, porém, que não tem plano pessoais para 1980, "porque as missões sempre ocorreram como missões apenas e não por interesses pessoais ou particulares".

Tancredo lembra os poderes do Congresso

O Senador Tancredo Neves afirmou ontem que o caos institucional do Brasil reclama solução urgente, mas acredita que o exercício, pelo atual Congresso, dos seus poderes implícitos de Constituinte, se afigura mais realista e exequível. "O importante é uma Constituinte. O normal e lógico seria por via direta, mas acontece, porém, que a Constituinte direta se me afigura muito distante da realidade brasileira. De momento teria que ser dissolvido o atual Congresso, tese que ninguém sustenta de boa-fé. Por via direta, portanto, só restaria o recurso de se atribuir ao futuro Congresso poderes constituintes, mas isto só se daria em 1982".

O Senador mineiro acredita que as eleições diretas de governador em 1982, já são uma realidade. "Não tenho a menor dúvida que as eleições de 1982 serão diretas, porque se não tivermos eleições diretas toda esta alteração na vida partidária do país terá sido uma pantomima e um desrespeito à opinião pública nacional".

Segundo disse, o voto distrital não servirá ao Governo como instrumento de negociação para que sejam admitidas por ele as eleições diretas porque isso seria inaceitável e "não acredito que o Governo colocará o problema nestes termos".

— Pelo que conheço do Congresso — disse o senador — pelo voto dos parlamentares a instituição do distrito eleitoral não se fará. A oposição ao distrito eleitoral une todos os Partidos, porque o voto distrital é um retrocesso, já que transforma a representação nacional numa representação de vereadores, reduz o peso do voto urbano, que é mais consciente e politizado, e amplia a expressão do voto rural, tradicionalmente vinculado às injunções dos Governos municipais, estadual e federal.

O Senador admite que somente através do decurso de prazo, o voto distrital poderá ser instituído no país. "Pelo voto direto do congressista não há a menor possibilidade

Oposicionista quer Assembléia em 82

Salvador — "O caminho democrático brasileiro passa por uma Assembleia Nacional Constituinte", afirmou ontem, o ex-Consultor-Geral da República, Waldir Pires, ao defender a eleição de uma assembleia Constituinte em 1982, depois da revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa e da legislação que denominou de "resquícios do autoritarismo".

Disse o Sr Waldir Pires que, atendidos esses pressupostos, nada impede que a Constituinte seja convocada pelo Presidente João Figueiredo, "porque, fora disso, só duas hipóteses: a renúncia ou o golpe de estado. Como repudiamos os golpismos e queremos a Constituinte o mais rápido possível, exigimos apenas a revogação da legislação arbitrária," acrescentou.

Crise e apreensão

Disse ainda o Sr Waldir Pires que vê "com muita apreensão" a crise econômica e política que o país atravessa e enfatizou a necessidade "das oposições encontrarem um projeto alternativo para o enfrentamento da crise que ameaça, não só o povo brasileiro, mas a própria soberania nacional e a sua unidade".

— Para sair da crise, deveremos conjugar todos os esforços e propor a grande aliança das forças democráticas e das forças de oposição, de modo que enfrentemos a crise, caracterizada pela inflação e pelo endividamento externo, com uma alternativa de medidas que não golpeiam as grandes maiorias do povo.

Para isso, observou ele, "a nível político deve-se prosseguir na defesa do atual ritmo de desenvolvimento da economia, com a manutenção e abertura das oportunidades de emprego." O ex-Consultor-Geral da República condenou a política recessiva de combate à crise

econômica, "que protege os afortunados e esmaga as maiorias assalariadas."

Eleições diretas

Ao lado de soluções para a crise econômica, a crise política do país tem que ser solucionada "pelo caminho democrático, depois do fracasso do autoritarismo". A Constituinte, segundo ele, além de precedida da revogação da legislação autoritária, será o momento de "reflexão global da sociedade, dos princípios formadores da nação, dos seus compromissos e interesses prioritários".

— O ideal é que possamos chegar a esta Constituinte na eleição de 82, depois de desaparecidos os senadores indiretos e extintos os mandatos parlamentares. Existe um consenso de que a sociedade precisa mudar e mudar não apenas o regime. Mudar a sociedade excludente de milhões de pessoas, em que a criminalidade nos leva à insegurança neurótica.

Na opinião do Sr Waldir Pires, o calendário eleitoral de 1980 deve ser mantido, sob pena de "continuarmos com um Governo politicamente ilegítimo". Para ele, o adiamento "é um atentado à cidadania e às esperanças do povo de exercer o direito de autogovernar-se. Sobre tudo, é um ato de prepotência", acrescentou.

Contatos

O Sr Waldir Pires manteve anteontem, em Salvador, um encontro com os Srs Rômulo Almeida e Josafá Marinho, quando foram discutidos os critérios de convivência das correntes políticas que formarão o PMDB na Bahia. Esses critérios e as linhas de atuação do Partido deverão ser levados a um debate com os componentes das bancadas federal e estadual, além de líderes das bases do interior.

Deputado vê saída com novo pacto

Recife — O Deputado Fernando Coelho (PMDB-PE) disse ontem que a única saída democrática para o impasse político-institucional em que o país se encontra é a construção de um novo pacto social, com a participação efetiva e ampla de todos os brasileiros, "a começar pela maioria da população, até agora inteiramente marginalizada do poder".

— Nem a volta ao parlamentarismo, nem a nomeação de um ministério de coalizão, resolverão quaisquer dos problemas mais sérios que o país enfrenta, pois as causas de crise atual são muito profundas e, no plano político, conduziram ao divórcio entre o Estado e a nação, entre o Governo e o povo — argumentou o parlamentar, que integra a tendência popular do PMDB.

Constituinte

Para o Sr Fernando Coelho, "este constitui o motivo pelo qual insistimos na convocação de

uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita, sem as restrições vigentes, que sirva de ponto de partida para a organização da vida pública e econômica do país".

— As dificuldades que estamos enfrentando — acrescentou — são, na maior parte, resultantes do próprio modelo imposto autoritariamente depois de 1964. A adoção do parlamentarismo nesse quadro apenas mudaria a forma do Governo, sem alterar-lhe a essência. Os gabinetes que viessem a ser formados seriam tão pouco representativos das forças reais da sociedade quanto do atual Governo — explicou.

Segundo o Sr Fernando Coelho, caso fosse adotado esse sistema, "iríamos apenas repetir o equívoco do início dos anos 60, como se as causas e as soluções dos problemas dependessem dos nomes ou dos estilos individuais das pessoas e não das próprias estruturas do poder, que atualmente não refletem a correlação de forças que integram a sociedade brasileira".